

8.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista em Medicina Geral e Familiar, ou equivalente;
- b) Cinco exemplares do *curriculum vitae*;
- c) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- e) Certificado do registo criminal;
- f) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

8.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) a f) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

8.5 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos na alínea a) do ponto 8.2 do presente aviso, implica a não admissão ao mesmo.

8.6 — Os exemplares do *curriculum vitae* a que se alude na alínea b) do ponto 8.3 do presente aviso, podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

8.7 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.8 — O júri pode exigir aos candidatos, por ofício registado com aviso de recepção, a apresentação de documentos comprovativos de factos ou elementos referidos no seu currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito, sob pena de os mesmos não serem considerados.

9 — Composição e identificação do Júri

O júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Helena Oliveira Morgado Canada, Assistente Graduada Sênior de MGF, do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

1.º Vogal efectivo: Olívia Maria Oliveira Lopes Candelária, Assistente Graduada Sênior de MGF, do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: António Manuel Gravato Sousa, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

1.º Vogal suplente: Cristina Maria Ferreira Silveira Carreiro, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

2.º Vogal suplente: Lucinda Maria Raimundo Neto, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — Métodos de selecção — o método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos da alínea a) do n.º 62 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, em conjugação com o artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

10.2 — Avaliação Curricular — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados os seguintes factores:

- a) Exercício de funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar, tendo em conta a competência técnico-profissional, tempo de exercício das mesmas, participação em programas de intervenção em saúde e actuação no serviço de urgência ou de atendimento permanente;
- b) Actividades de formação nos internatos médicos e outras acções de formação e educação médica frequentadas e ministradas relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;
- c) Classificação obtida na avaliação final do internato médico de Medicina Geral e Familiar;
- d) Trabalhos publicados ou comunicados com interesse clínico e científico para a Medicina Geral e Familiar, tendo em conta o seu valor relativo, com destaque para os que reflectam a qualidade, produtividade e eficácia dos cuidados de saúde prestados;
- e) Actividades docentes ou de investigação clínica relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;
- f) Outros factores de valorização profissional, nomeadamente títulos e sociedades científicas.

10.3 — Resultados da avaliação curricular — Os resultados da avaliação curricular são classificados na escala de 0 a 20 valores, com a

seguinte distribuição pelos factores estabelecidos nas alíneas do n.º 64 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

- Alínea a) — 0 a 12 valores;
- Alínea b) — 0 a 3 valores;
- Alínea c) — 0 a 2 valores;
- Alínea d) — 0 a 2 valores;
- Alínea e) — 0 a 0,5 valores;
- Alínea f) — 0 a 0,5 valores.

10.4 — Critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — Publicação das listas

11.1 — As listas, de candidatos e de classificação final, serão afixadas nas instalações da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Avenida Estados Unidos da América n.º 75, 1749-096 Lisboa;

11.2 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será enviada a todos os candidatos através de ofício registado com aviso de recepção, nos termos do n.º 60.2 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

11.3 — A lista de classificação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do n.º 71 da mesma Portaria.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do n.º 7, por remissão do n.º 50, ambos da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, a abertura do concurso é tornada pública mediante aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, e através de dois órgãos de comunicação social escrita de expansão nacional, sendo, ainda, publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página electrónica deste Instituto.

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes.  
203553781

#### Aviso n.º 15691/2010

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 23 postos de trabalho destinados a enfermeiros, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicitação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 23 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde de Grande Lisboa III — Lisboa Central.

1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências

1.1 — Correspondentes, genericamente, às funções da categoria de enfermeiro, constantes nos documentos legais que regulamentam a Carreira de Enfermagem, conforme o previsto nas alíneas a) a i), do ponto 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 248/2009 de 22 de Setembro.

1.2 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de Cuidados de Saúde Primários, no mínimo de 1 ano, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com:

- a) Integração em equipas multidisciplinares nas Unidades Funcionais;
- b) Promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento, reabilitação e reinserção social;
- c) Organização, coordenação, execução, supervisão e avaliação das intervenções de enfermagem nos três níveis de prevenção;
- d) Participação na coordenação e dinamização das actividades inerentes à situação de saúde ou doença do utente, seguido em ambulatório ou em contexto domiciliário;

e) Participação na elaboração e concretização de protocolos referentes a Norma e Critérios para administração de tratamentos e medicamentos;  
f) Realização de educação para a saúde dirigida ao indivíduo, família, grupos e comunidade.

## 2 — Índice remuneratório:

De acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de € 1.020,06, que corresponde, actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

## 3 — Local de trabalho:

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento dos Centros de Saúde Grande Lisboa III — Lisboa Central.

## 4 — Condições de trabalho:

As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

## 5 — Legislação aplicável:

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e do Código do Procedimento Administrativo.

## 6 — Âmbito de recrutamento:

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

## 7 — Requisitos de admissão:

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

- a) Posse do título profissional de enfermeiro;
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

## 8 — Prazo de validade:

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (23), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

## 9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações dos Serviços Administrativos do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central, sito na Av. António Augusto Aguiar, 19 — 2.º andar, 1050-012 — Lisboa, no período compreendido entre as 9h e as 17 horas, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado, para a morada, anteriormente mencionada.

9.2 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF)
- b) Cédula Profissional da Ordem dos Enfermeiros válida, com a aposição de vinheta anual ou documento substitutivo que ateste a validade da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;
- c) 3 Exemplares do currículo profissional detalhado, devidamente assinado, com um limite de 10 páginas dactilografadas a 1,5 espaço e com letra 11/12, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;
- d) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;
- f) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;
- g) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

## 10 — Composição e identificação do Júri:

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Ana Luísa Chambel Costa Miguéns, Enfermeira Chefe, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central

1.º Vogal efectivo: Maria Rita Sottomayor Silva Pereira Guimarães, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central

2.º Vogal efectivo: Maria da Luz da Costa Gonçalves Taveira, Enfermeira Graduada, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central

1.º Vogal suplente: Pedro Manuel de Sousa Nunes Branco, Enfermeiro Chefe, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central

2.º Vogal suplente: Luísa Maria do Rosário da Graça Delfino Rodrigues, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central

## 11 — Métodos de Selecção:

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula, baseada na grelha em anexo I:

$$CF = \frac{(2 \times HA) + (3 \times NCE) + (7 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (2 \times AC)}{20}$$

Sendo que:

CF = Classificação Final;

HA = Habilitações Académicas;

NCE = Nota final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal;

EP = Experiência Profissional;

FP = Formação Permanente;

OECR = Outros Elementos Considerados Relevantes, relacionados com a área de trabalho a que se candidata;

AC = Apresentação Curricular.

Em caso de igualdade de classificação, de acordo com o art.º 37, do Decreto-Lei n.º 437/91 de 8 de Novembro, serão admitidos:

- 1.º - Enfermeiros que já exerçam funções no Agrupamento a que se candidatam;
- 2.º - Possuidores de melhor nota final no curso de formação básica.
- 3.º - ter mais tempo de serviço nos Cuidados de Saúde Primários.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., na Avenida Estados Unidos da América n.º 75 — 1749-096 Lisboa.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego:

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público:

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

#### ANEXO 1

#### Grelha de Avaliação Curricular

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
1 — Habilitações Académicas (HA) . . . . .		20	2	
1.1 — Grau de Licenciado em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .	20			
1.2 — Grau de Bacharel em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .	18			
			Total	
2 — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal (NCE) . . . . .			3	
			Total	
3 — Experiência Profissional (EP) . . . . .		20	7	
3.1 — Experiência Profissional noutras Instituições . . . . .	5			
3.2 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários . . . . .	5			
3.3 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários especificamente no ACES GL III Lisboa Central. . . . .	10			
≥12 meses < 18 meses — 7 valores				
≥18 meses < 24 meses — 8 valores				
≥24 meses < 30 meses — 9 valores				
≥30 meses — 10 valores				
			Total	
4 — Formação Profissional (FP) . . . . .		20	3	
4.1 — Sem participação como Formador . . . . .	2			
4.2 — Com participação como Formador . . . . .	2			
4.2.1 — Noutras Instituições:				
4.2.2 — Em Cuidados de Saúde primários . . . . .	8			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 8 valores)				
4.3 — Sem participação como Formando . . . . .	2			
4.4 — Com participação como Formando . . . . .	6			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 6 valores)				
			Total	
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR) . . . . .		20	3	
5.1 — Sem elementos considerados relevantes — 2 pontos . . . . .	2			
5.2 — Com elementos considerados relevantes e abaixo descritos — ao valor indicado em 5.1 acresce até ao limite de 18 pontos . . . . .	18			
Orientar, supervisionar e avaliar alunos de enfermagem em ensinos clínicos — 1 ponto por cada ensino clínico (até ao limite 4 pontos);				
Participação em comissões/grupos de trabalho — 1 ponto por cada (até ao limite 2 pontos);				
Orientar e ou coordenar programas de saúde implementados na unidade de cuidados — 1 ponto por programa (até ao limite de 3 pontos);				
Ter realizado trabalhos científicos no âmbito de enfermagem, fora do contexto escolar — 0,5 pontos (até ao limite 1 pontos);				
Colaborar/integrar novos elementos na unidade de cuidados — 2 pontos por cada (até limite de 6 pontos)				
Colaborar na gestão de recursos materiais na área dos cuidados de saúde primários — 2 pontos				
			Total	

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
6 — Apresentação Curricular (AC) .....	5	20	2	
6.1 — Forma .....				
Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até o limite de 10 páginas (Penalização de 1 valor, se item não cumprido)				
6.2 — <i>Curriculum</i> com ordem sequencial .....	5			
Introdução — 0,5 valores				
Desenvolvimento — 3 valores				
Análise Crítica — 1,5 valores				
6.3 — Projecto Profissional .....	10			
Na área dos Cuidados de Saúde Primários — 6 valores				
Análise Crítica — 4 valores				
			Total	

203552793

**Aviso n.º 15692/2010****Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 postos de trabalho de assistente técnico, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 6 postos de trabalho para a carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) de Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela Portaria.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências  
Referência A — 4 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico no âmbito do atendimento ao público nas Unidades Funcionais.

Conteúdo Funcional: Exercício de funções de natureza executiva, e aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais de grau médio de complexidade nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios da UCSP, designadamente:

- a) Marcação e gestão de consultas através da aplicação informática SINUS;
- b) Prática de actos relativos às taxas moderadoras;
- c) Encaminhamento dos utentes para as diversas actividades do ACES: consultas, tratamentos de enfermagem, vacinação;
- d) Inscrição/actualização dos dados pessoais dos utentes constantes da aplicação informática SINUS;
- e) Organização e transferência de processos clínicos;
- f) Referenciação dos utentes para consultas de especialidade hospitalar através da aplicação informática Alert P1 ou por outros meios;
- g) Convocação e marcação dos exames globais de saúde;
- h) Recepção e conferência dos pedidos de reembolsos dos utentes;
- i) Recepção e conferência de guias de tratamento de enfermagem;
- j) Encaminhamento das reclamações dos utentes dentro dos prazos definidos na lei;
- k) Registo e protocolo de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica para autorização superior;
- l) Expediente geral;
- m) Atendimento telefónico.

Referência B 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico no âmbito de aprovisionamento e compras.

Conteúdo funcional — exercício de funções de natureza executiva, e aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais de grau médio de complexidade no aprovisionamento/compras da UAG:

- a) Controlar e coordenar as tarefas de um grupo de trabalhadores administrativos com actividades afins;
- b) Controlar a gestão do economato: registar as entradas e saídas do material em suporte informático, efectuar o pedido de material;
- c) Elaboração dos processos de aquisição de bens e serviços;
- d) Assegurar as aquisições necessárias para manter o normal funcionamento dos serviços;
- e) Utilização do programa SINGAP;
- f) Gestão de stocks.

Referência C 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico no âmbito dos Recursos Humanos da Unidade de Apoio à Gestão.

Conteúdo funcional — exercício de funções de natureza executiva, e aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais de grau médio de complexidade nas áreas de actuação Disciplinar, Férias, Faltas e Licenças e Regulamentar e nos vários domínios dos Recursos Humanos do ACES, designadamente:

- a) Gerir os procedimentos administrativos relativos a questões laborais, rescisões de contrato, cálculo de indemnizações entre outros
- b) Elaborar informação/propostas à consideração superior de acordo com a legislação aplicável às carreiras existentes nos Cuidados de Saúde Primários/ACES
- c) Selecção e compilação de textos legislativos e de jurisprudência com o fim de reunir informações pertinentes
- d) Estudar proposta de alterações de estruturas e procedimentos organizativos, propondo soluções que concorrem para a optimização dos processos de trabalho e adequado aproveitamento das capacidades humanas
- e) Utilização do RHV.

**2 — Local de trabalho**

As funções serão exercidas nas instalações do ACES de Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro

**3 — Legislação aplicável**

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, no Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março; na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; na Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro; na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e no Código do Procedimento Administrativo.

**4 — Âmbito de recrutamento**

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao